

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO – PSTU
POR UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA E SOCIALISTA PARA A PREFEITURA DE MANAUS

**PROGRAMA
DE
GOVERNO**

ELEIÇÃO PARA PREFEITURA DE MANAUS
2020

O PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, em cumprimento a Lei Eleitoral, reunido em Convenção no dia 12 de setembro de 2020 (Resolução 23.609, Capítulo II, das Convenções, Artigo 6º, TSE), lançou como candidatos a Prefeito e Vice-Prefeita do Município de Manaus, respectivamente, Gilberto Vasconcelos e Maria Auxiliadora e apresentam o seu Programa de Governo.

Preliminarmente, é importante salientar que o PSTU é um partido diferente. Nossa atuação não gira em torno das eleições. Participamos desse processo, mas não acalentamos nenhuma ilusão, por considerarmos um processo extremamente desigual e totalmente influenciado pelo poder econômico. De tal forma, que acaba por converter as eleições em um terreno de luta política totalmente favorável aos partidos burgueses tradicionais, distorcendo o que deveria ser uma decisão livre e consciente do eleitor. Nesse pleito, inclusive, com a aprovação da cláusula de barreira, a nossa organização foi penalizada a não ter aparição nos programas de rádios e TVs, privando-nos de apresentar as nossas propostas com o mínimo de igualdade de condições. No entanto, mesmo sob essas condições, não nos furtamos em apresentar as nossas propostas, e, por meio das mesmas, fazer o debate com o público que conseguirmos alcançar, para dizer a ele a não colocar nenhuma confiança nesse sistema antidemocrático que cerceia o debate igualitário das ideias e dos programas partidários. Dizer que, em nenhum momento depositamos qualquer ilusão que a solução passe pelas eleições. A crise da Lava Jato mostrou como funciona esse jogo: os grandes bancos e empreiteiras é que financiam e os eleitos vão governar para eles. Sem a luta da classe trabalhadora nada vai mudar. Mas para isso tem que enfrentar os governos dos patrões e conquistar um governo socialista dos trabalhadores.

Diante disso, a apresentação do nosso programa, além de cumprir as exigências legais, tem o papel primordial de apresentar aos trabalhadores e às camadas intermediárias proletarizadas, as propostas que consideramos necessárias para sair do jugo da exploração e da opressão e, cabe a eles abraçarem esse programa e lutar para implementá-lo.

Diferente das candidaturas dos grandes partidos burgueses e das candidaturas reformistas, não temos ilusões e nem vendemos ilusões aos trabalhadores, não existe capitalismo de rosto humano e, na atual fase, até mesmo as concessões parciais, possíveis em períodos de expansão econômica, não existem mais. Se os trabalhadores quiserem romper com as situações degradantes, com a miséria, com a morte, terão que se organizar e lutar, não apenas para ganhar uma eleição, mas para romper com esse sistema.

Essas eleições estão marcadas pela crise econômica mundial, com a nação mais poderosa do planeta em plena recessão – agravada com a crise sanitária sem precedentes. A pandemia acentuou drasticamente todos os indicativos de recessão e aprofundou o processo de destruição de empresas e, conseqüentemente, o aumento brutal do desemprego.

O Brasil é parte desse processo, com a desvantagem de ser um país semicolonial dependente. Sem sequer ter conseguido sair da recessão que se abateu em 2013, o país caminha a passos largo para mais uma recessão. Tendo à frente um governo de direita ultraliberal que, ao longo da pandemia, não apenas retirou quase todos os cuidados sanitários exigidos pelos órgãos de saúde internacionais para proteger a vida da maioria do povo, como seguiu aplicando uma agenda de retirada de direitos e de recursos em áreas essenciais para garantir educação, saúde, ciência e tecnologia, bem como, seguiu entregando o patrimônio nacional para as empresas estrangeiras por meio de privatizações.

Esse cenário catastrófico atravessa a vida dos mais de 5 mil municípios desse país. Manaus, a cidade que se tornou o epicentro da pandemia, viu aflorar aos olhos de todos o déficit habitacional, o desemprego, a fome e as mais degradantes condições sociais. Nenhuma candidatura deveria fechar os olhos a essa dura realidade. Ao mesmo tempo, nunca ficou tão claro, que não se pode discutir as contradições e as desigualdades que assolam a cidade de Manaus separadas do resto do país. Nem um programa, por mais bem elaborado que seja, não poderá responder realmente às reais necessidades da população, sem defender claramente que é preciso interromper, por abaixo o governo Bolsonaro e Mourão e reverter todas as políticas de retirada de direitos e de desmonte dos serviços públicos que vem se aprofundando nos últimos anos. Nem um programa, tampouco, tem condições de fazer frente aos graves problemas de moradia, desemprego, salário e serviços públicos de qualidade, sem dizer claramente que é preciso deixar de pagar os juros e amortizações da dívida pública, que atualmente representa mais de R\$1 trilhão, quase a metade do Orçamento da União.

Nós achamos que as questões acima expostas são sim de interesse dos governantes municipais, porque um prefeito não deve se limitar a administrar o caos, a se comportar como um síndico de condomínio, o seu papel é muito mais relevante, tem uma dimensão política fundamental, especialmente por ser um cargo que está muito mais perto dos problemas concretos da população e, portanto, em vez de ficar preso em sua cadeira, deve exercer plenamente o seu papel político e convocar a população a se organizar e se mobilizar para exigir a ampliação dos

recursos, a revisão de leis que rebaixam investimentos nas áreas sociais, como a famigerada lei do teto dos gastos, aprovadas no governo Temer. Ao mesmo tempo, deve buscar apoio na mobilização social para pôr em debate os grandes temas que o país precisa discutir: revisão das reformas trabalhistas e previdenciária; jornada de 36 horas semanais sem redução salarial, para aumentar os postos de trabalho e movimentar economia; salário mínimo de acordo com os cálculos feitos pelo DIEESE, entre outros temas.

O programa que estamos apresentando, não é uma mera carta de boas intenções, como são os dos nossos adversários. É um programa pra valer, para atender de fato as necessidades da população. Por isso, ele não cabe dentro de formas convencionais e nem se limita a enxergar a prefeitura como uma realidade apartada, como uma ilha, dissociada das decisões que se tomam nas outras esferas governamentais.

Nosso programa é de ruptura com uma ordem que ao longo do tempo tem imposto à maioria da população uma vida de privação, de miséria, de fome, enquanto garante vida fácil para as grandes empresas, para burocratas e políticos corruptos.

Não apresentamos um programa acabado (E mesmo este breve esboço ainda vai ser revisado em um Seminário destinado a esse fim) porque, em última instância, estamos propondo um governo de uma democracia de verdade, onde o povo governe por meio de Conselhos Populares Deliberativos. Nesse governo quem manda é o povo organizado, é ele quem organiza o orçamento público e diz onde se deve gastar os recursos arrecadados.

Manaus é uma cidade com todas as características das grandes metrópoles brasileira. E é quase uma cidade-estado. Dos 4.1 milhões de habitantes do Estado do Amazonas, Manaus possui mais da metade: 2.1 milhões. É a 7ª mais populosa do país, com um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca R\$70 bilhões.¹ A sua economia gira em torno do Parque Industrial incentivado. Este, por sua vez tem uma média de faturamento anual em torno de 80 bilhões, mas só contribui com um pouco mais de 25 bilhões para o PIB da cidade, ou seja, os empresários embolsam quase $\frac{3}{4}$ de toda riqueza produzida no Polo Industrial. Esses 25 bilhões que

PIB DO AMAZONAS – 2016		
SETORES	VALORES	%
Serviços*	43.664.807	49,05
indústria	26.341.078	29,59
Agropecuária	5.879.993	6,69
* Incluindo comércio		
Fonte: G1, 2018		

ficam aqui – representados no PIB, são relativos a folha salarial, aos impostos e transações feitas na cidade. Isso mostra que é possível cobrar dessas indústrias que remunere melhor os trabalhadores e que pague uma parcela maior de impostos, pois a riqueza embolsada pelos grandes acionistas dessas empresas (que nem pisam na cidade) é produto do trabalho do operariado fabril. Em outras palavras, Manaus poderia ser uma cidade muito mais bem aparelhada e muito mais desenvolvida se houvesse uma partilha minimamente coerente.

Os recursos públicos municipais da cidade são provenientes de sua receita própria que é de cerca de R\$1 bilhão, mas o Município conta com uma reserva – recursos do Tesouro que estimada em R\$10 bilhões. A outra parte dos recursos são provenientes de repasses dos governos federal e Estadual. Isso explica que o Orçamento de 2020 ficou em R\$6,2 bilhões, sendo R\$3.5 do Tesouro Municipal e R\$2.7 de fontes de repasses constitucionais das esferas federal e estadual.

¹ Cf. Portal G1, 2018.

I – Plano Emergencial

Situação: Já passamos de 129 mil mortos pela COVID-19 e seguimos perto de mil mortos por dia, em números subnotificados. Junto com as mortes, temos a explosão do desemprego, a queda de 15% na renda do trabalhador, a redução e o fim do auxílio emergencial. Em Manaus, onde a pandemia revelou um cenário bastante deficitário, sob vários aspectos, mas principalmente em relação as condições de vida, moradia e aparato de saúde. No que diz respeito a queima de postos de trabalho, os números apresentados pelo IBGE, em relação ao primeiro semestre deste ano, revelam que o desemprego, que já era grande, se acentuou drasticamente.

Nos 3 primeiros meses do ano, Manaus era a capital com a maior taxa de desemprego (18,5%) em todo o país, e com grande crescimento na taxa de informalidade, chegando 58,9% - a terceira maior do país.²

Já no final do semestre, segundo CIEAM (2020): “O desemprego atingiu 235 mil amazonenses em junho. Nos últimos dois meses, houve o fechamento de 11 mil postos de trabalho com carteira assinada no setor privado e aumento de três mil pessoas trabalhando por “conta própria”, saltando de 498 mil em maio para 501 mil em junho, que pode aumentar para 681 mil pessoas se contarmos com aqueles que trabalham sem carteira assinada – significando mais da metade das pessoas ocupadas no Amazonas atualmente” (CIEAM, Julho 2020).

Esse quadro, aliado com a perda de moradia e as expulsões de famílias de áreas de ocupação, constitui uma tragédia para a maioria da população de Manaus. Nenhuma candidatura à prefeitura pode fechar os olhos para essa tragédia. O desemprego é uma questão social que precisa urgentemente ser equacionada – especialmente nesse quadro de aguda crise sanitária. Por isso, estamos apresentando um plano emergencial alternativo que passa necessariamente, primeiro lugar, por lutar pela manutenção e ampliação do Auxílio emergencial de R\$600 e pela garantia da quarentena geral para todos.

Propostas:

- A) **Garantir Assistência aos Desempregados:** Passe livre aos desempregados no transporte público; Isenção de IPTU e todas as taxas municipais; Isenção total de impostos aos pequenos negócios e crédito; garantir o fornecimento de luz, água às famílias desempregadas;
- B) **Geração de Empregos:** Plano de obras públicas municipal organizado pelos desempregados dos bairros que garanta de imediato: Ampliação das creches municipais; Ampliação da rede de escolas municipais; Saneamento básico para todos;
- C) **Garantia de abrigo para as populações de rua.** Os dois abrigos improvisados, custeados pelo governo estadual, para atender cerca de 2 mil pessoas em situação de rua precisam ser encampados pela prefeitura em locais adequados, exclusivo para essa finalidade - não sujeito a interrupção.

² O jornal se baseou em dados extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados no dia 15.05.2020.

II – Áreas Sociais e Cultura

7

Situação: A pandemia tornou claro as condições sociais existentes na cidade de Manaus. Desde as mais básicas e fundamentais, relativas à moradia e saneamento básico, que falaremos mais à frente, até ao atendimento à saúde, à educação e à assistência social. Em ambas às áreas, embora se conte com funcionários competentes e compromissados, é patente a deterioração desses serviços, em face ao processo de desmonte dos serviços públicos, agravado com a aprovação da famigerada PEC do teto dos gastos, que reduziu os investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos³.

O Secretário de saúde deu declarações se vangloriando de uma cobertura na rede primária de saúde de 51%, sem se dar conta que está admitindo que a metade da população está desassistida – ou seja, pelo menos 1 milhão de pessoas sem cobertura. Isso sem se levar em conta a qualificação dos dados oficiais, que pode nos dizer, por exemplo, sob que condições os profissionais de saúde trabalham e como esses serviços vem sendo oferecido à população. O caráter gerencial que vem sendo implementado na secretária implica um modelo de gestão comandado por esquemas de consultorias privadas, baseadas em metas quantitativas – algo totalmente estranho ao serviço público.

Na educação, o discurso oficial utiliza os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como sinônimo de boa gestão. Entretanto, é preciso examinar como esses indicadores têm sido obtidos, ou seja, quais os itens que pesam na pontuação e como eles vêm sendo administrados pela SEMED para produzir um resultado. Segundo dados do último censo do INEP (2019), dos 1.2 milhão alunos matriculados no ensino básico no Amazonas, pelo menos 158.570 (13, 22%) e 700.172 (58%) correspondem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, respectivamente. Do total dessas duas etapas, Manaus concentra 39.46%, ou seja, 338.918 alunos matriculados. Desse número, a prefeitura responde atualmente por 233.002 das matrículas envolvendo Educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A outra parte está sob a responsabilidade de instituições federais, estaduais e da iniciativa privada.

Manaus – Nº Matrículas 2019			
Dependência Administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental
	Creche	Pré-Escolar	
Municipal	5.266	45.712	182.024
Estadual	-	-	106.093
Federal	-	-	7.907*
Privada	5.000	11.000	55.000*

* Número estimado
Fonte: Censo INEP, 2019; COSTA, 2020. Elaborado pelo autor.

O exame da qualidade do ensino oferecido se dá em cima desse quadro de alunos matriculados e das metas que precisam ser atendidas, conforme o Plano Nacional de Educação. Para ficar somente em um exemplo, tomemos o caso da educação infantil, mais precisamente, das crianças de 1 a 3 anos. Esse é um exemplo de como os sucessivos governos tratam a maioria do povo – justamente os que mais precisam. Atualmente, são apenas 23 creches da rede pública municipal para atender uma população educacional de mais 200 mil. Enquanto isso, a iniciativa privada conta com 123 para explorar um serviço – destinados as camadas mais abastadas. E o prefeito atual, em vez de construir creches e contratar funcionários, vem estimulando o processo de privatização com o tal Vale-Creche. Com isso, até mesmo a tímida meta de se atingir 30% de atendimento dessas crianças, até 2024, se torna impossível.

Isso não é um fato descolado da natureza de classe desses governantes. A resolução desse e de outras situações igualmente alarmantes, só podem ser de fato equacionadas com um governo dos próprios trabalhadores que seja capaz de priorizar suas pautas e coloca-las no orçamento público. Hoje as tais parcerias público-privadas estão em pleno vigor. Mais da metade de prédios alugados, as consultorias pagas a peso de ouro e os tais vales-creches são exemplos de

³ Projeto de Emenda Constitucional aprovada em 2016, no governo Temer.

imposição do modelo privatista que vamos combater. Por outro lado, para implementar isso, os governos burgueses se limitam – quando fazem – a cumprir formalmente os dispositivos legais de participação, para continuar decidindo tudo de cima para baixo.

Nós queremos inaugurar uma nova maneira de gerir o serviço público. As nossas propostas vão passar pelo crivo dos profissionais e usuários das áreas envolvidas. Chamaremos os sindicatos, as associações de moradores, de pais, enfim, todos os que possam contribuir com um serviço de qualidade. Queremos que os Conselhos Populares tenham poder deliberativo. E, antes de tudo, vamos eliminar todas as formas de privatização sejam elas diretas ou indiretas, ligadas as tais consultorias privadas. Saúde e Educação não rimam com lucro.

Propostas:

- A) **Saúde:** Numa perspectiva mais ampla, vamos fortalecer, desde a prefeitura, a luta pelo fim da saúde privada; pela estatização dos hospitais particulares e por um SUS 100% estatal. No âmbito do Município, propomos o fortalecimento e a ampliação das Unidades Básicas de Saúde, 100% de cobertura primária; fim das consultorias privadas – uma administração eminentemente pública; eleições diretas para diretores das unidades de saúde.
- B) **Educação:** No plano mais geral vamos lutar por uma educação pública de qualidade e por nenhum tostão para os milionários donos de escolas privadas. No âmbito da prefeitura, propriamente, vamos garantir vagas para todas as crianças em creches e escolas públicas de qualidade. Para isso, é preciso acabar com o processo de privatização continuada da educação. Acabar com toda gestão privada de escolas, creches, e as fundações privadas. Garantir democracia nas escolas para que os professores, os alunos possam se organizar e debater todos os temas com liberdade; envolver os pais e a comunidade para debater e decidir, em nível municipal, o projeto pedagógico, a gestão pública da mesma e eleger diretamente direção das escolas. Assim, serão combatidos projetos retrógrados e autoritários como o Escola sem Partido, evitando a evasão escolar e aumentando a qualidade do ensino público.
- C) **Assistência Social:** Será voltada principalmente para as camadas mais necessitadas. Os recursos e o aparelhamento das instituições vão ser objeto de decisões dos Conselhos Populares que vão se encarregar definir as linhas mestras e o orçamento para cada setor: idosos, mulheres, população indígena, população em situação de rua; LGBTs, etc.

III – Gênero, Sexualidade, Grupos étnicos e Opressões

Situação: Manaus convive com todas as contradições dos grandes centros urbanos. A luta pela cidade põe em movimento diferentes grupos sociais, mais particularmente as camadas oprimidas e exploradas como as mulheres, os negros, os indígenas, os LGBTs. Enfim, é a grande maioria da população mais afetada pelas políticas de desmonte dos serviços públicos, das retiradas de direitos, dos baixos salários, do desemprego e da violência estrutural: o machismo, o racismo, o preconceito e toda forma de opressão.

Esses grupos sociais, além de explorados, sofrem opressão pelas suas condições de gênero, orientação sexual e por suas especificidades étnicas e raciais. Basta acompanhar os indicadores sociais, a discriminação racial, o preconceito contra mulheres, negros, indígenas e LGBTs. A opressão constitui um dos mecanismos utilizados pelos capitalistas para dividir a classe trabalhadora, a fim de assegurar a superexploração, os baixos salários e a manutenção do monopólio da propriedade. Então, é fundamental além do combate à exploração, combater igualmente a opressão. E uma prefeitura dirigida pelos (as) trabalhadores (as) deve incorporar

em seus planos todas as dimensões que possibilitem sedimentar as bases para uma sociedade fraterna, livre e igualitária – uma sociedade socialista.

Propostas:

- A) **Povos indígenas:** Combater a discriminação, o preconceito e toda forma de estigmatização; garantir aos indígenas permanência em seus territórios; e, apoiar à suas diferentes formas culturais, suas línguas, enfim, às suas práticas de reprodução social. Defendemos a sua participação nos Conselhos Populares, com suas lideranças e suas associações, como a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME), para garantir a inclusão de suas pautas de reivindicações, como saúde, educação, respeito às suas práticas, seus rituais e seus saberes.
- B) **Mulheres:** Combate ao machismo e todas as formas de violência. Pela aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha, pela construção de mais abrigos públicos a assistência psicológica para mulheres vítimas de violência e ameaça de suas vidas;
- C) **Negros (as):** combater o racismo estrutural e suas manifestações nas instituições públicas; Aplicação e ampliação das cotas raciais como forma de reduzir a desigualdade extrema no estudo, no trabalho e no salário;
- D) Realizar debates, campanha pelo fim do genocídio da juventude negra e de preconceito contra indígenas, imigrantes haitianos e venezuelanos;
- E) **LGBTs:** Lutar por uma lei para tornar crime a LGBTfobia. Combater a invisibilidade e abrir um amplo debate nas escolas para inclusão nos Parâmetros Curriculares de conteúdos que abordem identidade de gênero, orientação sexual, preconceitos e discriminação.

IV – Moradia

Situação: Moradia tem sido um dos problemas crônicos, que se arrasta por décadas. Uma cidade que sempre foi governada pela lógica dos empresários, grandes comerciantes e por uma burocracia subserviente e alheia aos interesses da grande maioria do povo. De maneira que as principais intervenções públicas feitas na cidade primaram por favorecer os interesses dos ricos e de uma classe média alta em detrimento da maioria da população. Primeiro, empurrando a massa da população para a periferia e, em seguida, relegando a essa população serviços precários, no que tange as condições sanitárias, viárias, transporte público, educação, saúde, esporte e lazer.

Nesse contexto, o direito à moradia é totalmente abandonado. Segundo dados do IBGE, Manaus uma das cidades com maior taxa de crescimento populacional. E quando se olha esse crescimento no mapa, se observa que a população se expande para o noroeste da cidade, onde se verifica uma grande quantidade de ocupações, em uma demonstração clara que o poder público não cuida da habitação. Uma matéria do jornal A Crítica, com base em dados do IBGE,⁴ mostrou que em “o número de ‘sem lares’ pode chegar a 460 mil pessoas, considerando a média de 3,6 integrantes por família. A matéria, registra ainda 465 casos de ocupação detectado pela SEMMAS. Em um cálculo aproximado, 460 mil pessoas representam cerca de 23% do total da população da cidade. E a prefeitura, em vez de fazer um plano de habitação, simplesmente, vira às costas ou age com paliativos, obrigando essa população a viver sem teto ou ter que pagar de R\$300 a R\$600 reais por um cubículo, na periferia. Por isso, a população tem buscado seus próprios meios para não ficar eternamente ao relento. Tem se organizado e

⁴ Cf. Matéria de A Crítica, 2018

ocupado áreas de terras para construir sua moradia. Uma grande parte dos bairros de Manaus nasceu dessa luta da população. Mas isso não tem sido fácil, essas iniciativas são constantemente criminalizadas e as famílias são quase sempre expulsas com violência. Sempre aparece um grileiro para reivindicar a terra e sempre conseguem uma ordem de reintegração de posse e a cobertura do aparato policial para remover os ocupantes.

Ao lado dessa situação, Manaus convive com dezenas de terrenos e prédios abandonados que, longe de cumprir sua função social, geram transtorno à população, na medida que se tornam espaços de proliferação de pragas e até locais de práticas de delitos. De acordo com uma matéria do G1, o próprio Ministério Público já interpelou a Prefeitura sobre a situação de 60 prédios abandonados, sem que nenhuma providência de fato tenha sido tomada até o momento.⁵

Uma prefeitura governada pelos trabalhadores vai inverter essa lógica de apropriação do espaço público. Primeiro fazendo uma completa revisão do atual Plano Diretor, a fim de que a grande maioria da população tenha de fato direito à cidade, que se garanta efetivamente direito à moradia e se elimine a grilagem de terras e a especulação imobiliária.

Propostas:

A) Por um Plano de Habitação Popular que contemple o déficit habitacional da cidade;

B) Combate à Especulação Imobiliária e Urbanização das Ocupações;

- a. Ampliar impostos aos terrenos voltados para especulação imobiliária;
- b. Legalização das ocupações e plano de infraestrutura;
- c. Imposto fortemente progressivo para as grandes propriedades;
- d. Expropriação sem indenização de terrenos, prédios e casas abandonadas voltadas para especulação.⁶

V – Mobilidade Urbana

Situação: Manaus é uma cidade que cresce a uma taxa de 2,5% por ano.⁷ A expansão da cidade se dá fundamentalmente em direção ao noroeste. Em 2018 a população era de 1.8 milhão, atualmente já se chegou 2.1 milhões de habitantes. O tema da mobilidade urbana é uma necessidade numa cidade de explosão demográfica. Não se trata de um tema novo, existem planos, legislação,⁸ os quais precisam ser recuperados sob as novas estratégias, de uma prefeitura que se propõe governar com os trabalhadores, organizados em Conselhos Populares, e que visa combater os conhecidos interesses especulativos e os superfaturamentos de obras, a partir de uma política de estatização dos serviços considerados chaves, para atender a população. Os aspectos técnicos, próprios da engenharia e de outras áreas do conhecimento, serão levados em conta, mas não podem estar dissociados das necessidades claramente expressas pelos membros da comuna, cujo planejamento das ações devem contemplar essencialmente: infraestrutura adequada para a circulação de pessoas, inclusive aquelas com deficiências; prioridade ao transporte coletivo eficiente; e, um sistema viário capaz de responder ao fluxo de veículos e outros meios de deslocamento.

⁵ “Justiça Determina que Prefeitura fiscalize 60 imóveis abandonados ou subutilizados em Manaus” (G1, 23.04.2019).

⁶ Ao não cumprir a função social essas propriedades estão sujeitas a intervenção do poder público municipal, conforme § 2º do Artigo 182, da C.F. e a Lei 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

⁷ Entre 2000 e 2010 a área urbana de Manaus cresceu 28,73%, saindo de 1.390.660 para 1.790.164 habitantes.

⁸ Cf. Plano de Mobilidade Urbana, 2015; Lei 10.257, de 2001 (Estatuto das Cidades); Lei 12.587, de 2012 (Lei da Mobilidade Urbana); Lei Complementar 02/2014 que instituiu o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus.

As intervenções no sistema urbano, de mudança de infraestrutura; o modelo de concessão do transporte coletivo; e a ampliação do sistema viário tem servido, na maioria das vezes, para favorecer interesses das grandes empresas de construção, de donos de frota de ônibus e de especuladores. Então, para que os recursos públicos sejam de fato usados para dar as necessidades urbanas da grande maioria da população, é preciso:

Propostas:

- A) **Por uma empresa pública de obras**, controlada pelos Conselhos Populares, para realizar todo o trabalho de infraestrutura da cidade, para acabar com o superfaturamento de obras, como aquela parada milionária construída na Ponta Negra.
 - a. Para edificar as calçadas e torna-las adequadas para pessoas com deficiências.
 - b. Para manter as ruas em condições transitáveis;
 - c. Para abrir e pavimentar novas vias.
- B) **Estatização sem indenização do transporte e tarifa zero:**
 - a. Para acabar com o caos do transporte público, defendemos sua estatização sob controle dos trabalhadores.
 - b. Para garantir um serviço a preço de custo, de qualidade e rumo a tarifa zero;
 - c. Para manter os postos de trabalho, com salários decentes.
 - d. Para se ter uma frota de ônibus adequada para o nosso clima e para o transporte de pessoas deficientes
 - e. Para impedir o fim do trabalho do cobrador. Para preservar os postos de trabalho. Para garantir a qualidade do trabalho do motorista e o serviço de qualidade para os usuários.
- C) **Corredores Exclusivo:** investir nos corredores exclusivos de ônibus para que as pessoas não precisem passar horas dentro de um coletivo; E, a médio e longo prazo, discutir a viabilidade de se ter um Metrô de Superfície.
- D) **Conflito UBER X Taxi:** Combater a concorrência desleal. Criar um sistema alternativo de Aplicativo Público para romper com o esquema de concorrência desleal dos aplicativos privados. O Uber no Brasil impacta num momento de desemprego, com rápido crescimento do número de motoristas do aplicativo. Mas não é a "livre concorrência" que torna mais barato o Uber. A “parceria” entre o motorista e o Uber é uma fraude à relação de emprego, jogando os custos de manutenção dos carros para os trabalhadores e os submetendo a um regime de remuneração que oscila enormemente ao longo do tempo. Não à-toa, em muitos países já começaram as greves dos motoristas do Uber. O Ministério Público do Trabalho já foi acionado para verificar relações de exploração.
- E) **Sistema Viário:** Um Plano de recuperação e ampliação viário que contemple todas as formas de deslocamento, inclusive de ciclovias. Para isso, é preciso chamar quem entende do assunto – os profissionais que atuam no trânsito, os motoristas, e os usuários, os ciclistas, os transeuntes, e, evidentemente os engenheiros de trânsito.

VI - Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Situação: Como uma cidade que está encravada no meio da floresta amazônica, Manaus deveria ser um exemplo de como se deve tratar o meio ambiente e dar qualidade de vida para as pessoas.

Mas, infelizmente não é isso que ocorre. O crescimento da cidade, a explosão demográfica e o uso de veículos automotores transformaram a cidade em um espaço em que se convive com vários tipos de poluição: sujeira nas ruas, poluição do solo, do lençol freático, dos igarapés; poluição sonora, do ar, etc. A riqueza produzida nas indústrias precisa ser investida aqui por meio de salários dignos, impostos e investimentos na melhoria da cidade. O desenvolvimento urbano precisa vir acompanhado de condições básicas como rede de esgotamento sanitário, aterro sanitário que não destrua o lençol freático, logradouros públicos arborizados, preservação dos igarapés, projetos de moradia que contemple áreas verdes, sistema de abastecimento de alimentos e espaço para esporte e lazer. Para tanto, é preciso que se mude a forma de governar. O povo precisa estar organizado nos bairros, nos seus locais de trabalho, na escola, nas atividades de lazer, e tomar parte das decisões sobre essa e outras matérias. O poder Público tem que coordenar essas ações e aplicar impostos à grande propriedade, aos grandes empresários. Por isso, propomos:

Propostas:

- A) **SEMMAS:** Estruturação completa da SEMMAS.
- B) **Plano de Moradia nos Bairros:** Conselhos Populares nos bairros para discutir e deliberar sobre orçamento e planos de moradia, arborização, oferta de água potável, esgotamento sanitário, coleta seletiva de lixo e destino dos resíduos recicláveis, inclusive com formação de cooperativas para fazer o trabalho de reciclagem.
- C) **Saneamento Básico Universal:** Pela estatização do sistema. Para que se possa ter oferta de qualidade de água, manutenção e ampliação da rede de esgoto; drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos:
 - a. A partir de um serviço de coleta de lixo, seletiva, estendida para todos os bairros;
 - b. Construção de um Aterro Sanitário de verdade. Pois o que se tem em Manaus é um lixão disfarçado de Aterro Controlado que, por sinal está poluindo o lençol freático e matando todos os igarapés do local e destruindo balneários, como o da Ponte da Bolívia.
- D) **Abastecimento:** Primeiro, estimular os pequenos agricultores das Zonas Rurais a produção de alimentos. Manter em condições adequadas e ampliar as feiras populares para o escoamento dos produtos das zonas rurais; Terminal Pesqueiro totalmente municipalizado para evitar desperdício garantir peixe barato para a população. Somos contra que o Terminal Pesqueiro de Manaus passe para a iniciativa privada, como quer o governo Bolsonaro.
- E) **Esporte e Lazer;** Transformar as escolas em espaços da prática de esporte e lazer. Manter e ampliar os parques e logradouros públicos como espaços verdes, com programas de atividade física, danças e atividades culturais;
- F) **Segurança Pública:** Organização da segurança pública desde os bairros. Os membros das GCM devem pertencer aos bairros onde residem e os comandos devem ser eleitos pela população.

VII – Governo

Um Governo Socialista dos Trabalhadores

Um governo socialista dos trabalhadores, formado por conselhos populares, que vai contrariar os interesses dos ricos e dos exploradores para beneficiar os pobres, os explorados e os oprimidos.

VIII – Forma de Governar

Conselhos Populares Deliberativos

Para o poder pertencer de verdade ao povo, é preciso constituir e reconhecer oficialmente como instâncias de deliberação política comitês ou conselhos populares eleitos nas comunidades, bairros, locais de trabalho e estudo.

Queremos que os Conselhos Populares tenham mais poder do que a Câmara de Vereadores. Os conselheiros serão eleitos em assembleias populares nos bairros e poderão ser revogados a qualquer momento, em qualquer assembleia mensal. Devem existir debates públicos, encontros e congressos com delegados eleitos nos bairros e regiões de toda cidade que, com as propostas previamente debatidas, definam o que fazer no município. Os conselhos populares devem controlar e decidir sobre 100% do orçamento do município e sobre todo funcionamento da cidade.